



Exmo. Senhor
Deputado António Maló de Abreu
Presidente da Comissão Parlamentar de Saúde
Palácio de São Bento

Palácio de São Bento, 28 de fevereiro de 2023

Assunto: Pedido de audição urgente do Senhor Diretor Executivo do SNS, sobre o protocolo estabelecido entre a Direção Executiva do SNS e o Centro Hospitalar e Universitário de São João.

Senhor Presidente,

Foi ontem divulgada, no jornal Observador, uma notícia com o título “*A assessoria que custou 360 euros por dia, o serviço sem contrato e a renda de 11 mil euros. O estranho arranque da nova direção do SNS*”, que levanta suspeitas relativamente à contratação, pelo Ministério da Saúde, de uma empresa de comunicação e consultadoria, para prestar assessoria de imprensa à Direção Executiva do SNS (DE-SNS).

1

Alegadamente, a referida empresa de comunicação é, por pedido específico do Prof. Fernando Araújo, a empresa que presta desde 2019 assessoria de comunicação e imprensa ao Centro Hospitalar e Universitário de São João (CHUSJ), do qual o Prof. Fernando Araújo foi Presidente do Conselho de Administração até ser nomeado Diretor Executivo do SNS, e propriedade de um seu anterior assessor.

Segundo a mesma notícia, a contratação terá sido feita por ajuste direto “(...) sem “redução do contrato a escrito”, já que o valor foi 9 mil euros (ficando a mil euros dessa obrigação). A assessoria de comunicação, que durou 25 dias, custou à nova direção do SNS 360 euros por dia. Depois disso, contou com os serviços do mesmo assessor durante o mês seguinte. De borla. (...)”



Ora, algumas das questões que se levantam desde logo – e bem – prendem-se com o facto de, por estar a prestar assessoria à DE-SNS desde 1 de janeiro sem qualquer vínculo formal, poder colocar-se em causa o cumprimento, por parte da empresa, do dever de confidencialidade, até porque tem acesso a informação privilegiada. E, precisamente por isso, o CHUSJ poderá ficar numa posição privilegiada face às restantes entidades do SNS, uma vez que é consigo que a referida empresa tem vínculo formal. Ora, é legítimo questionar se não existirá aqui um manifesto conflito de interesses.

Mais, apesar de, em resposta ao Observador, empresa e DE-SNS, alegadamente, terem afirmado que, findo o período do ajuste direto (31 de dezembro), a assessoria estava a ser prestada ao abrigo de um protocolo de cooperação entre o CHUSJ e a DE-SNS, esta justificação não terá qualquer fundamento ou enquadramento no referido protocolo, pois, em matéria de comunicação, este dirá respeito, apenas, a “*recursos e Serviços de Sistemas de Tecnologias de Informação e Comunicação*” o que não inclui serviços de assessoria de comunicação e imprensa.

2

Esta questão, que já não é pequena, parece ser a ponta de um novelo que terá ainda mais alguns nós por desatar:

- pelo período em que durou o ajuste direto, 25 dias, terão sido pagos 360 euros por dia à empresa de comunicação e consultadoria. Que serviços exatos foram prestados pela empresa, que justifiquem um valor total de cerca de 9 mil euros por 25 dias de trabalho?
- se, conforme se lê na notícia, DE-SNS e CHUSJ consideram que não existe qualquer incompatibilidade entre o exercício de assessoria pela referida empresa na DE-SNS ao mesmo tempo que é contratada pelo CHUSJ, por que motivo mudaram de assessores de comunicação durante as trocas de questões e respostas entre o órgão de comunicação social que publicou a notícia, a DE-SNS e o CHUSJ?



- a DE-SNS estará a pagar ao CHUSJ 11 mil euros por mês acrescidos de IVA, até que a sua sede esteja pronta, pela utilização de espaços, equipamentos, segurança, sistemas de informação e comunicação, serviços de limpeza e estruturas de apoio. Em que base foi calculado este valor de “renda” mensal pago pela DE-SNS ao CHUSJ?

O país tem vindo a assistir a uma avalanche de casos e situações pouco claras, que mancham a imagem dos governantes, de autarcas, e dos políticos, em geral. A classe política está, genericamente, mal vista pela população, que, a cada de dia que passa, se vê em maiores dificuldades para assegurar o seu custo de vida diário, com uma degradação manifesta do seu nível de vida. E que, ao mesmo tempo, é bombardeada, quase diariamente, com notícias de processos de abusos de poder, conflitos de interesse e compadrios entre a classe política.

Como se sabe, a DE-SNS é uma entidade criada recentemente pelo Governo, que tem como principal missão a gestão do Serviço Nacional de Saúde. Para a liderar, foi nomeado o Prof. Fernando Araújo, cujo percurso profissional tem sido inquestionável e muito considerado por todos. No entanto, o Prof. Fernando Araújo era, até esta nomeação, Presidente do Conselho de Administração, precisamente, do CHUSJ. Logo, os factos relatados na referida notícia levantam, naturalmente, dúvidas e criam suspeitas que poderão manchar a reputação do Prof. Fernando Araújo, do CHUSJ e da própria recém-criada DE-SNS, enquanto instituição.

Para o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal é, assim, fundamental que o Senhor Diretor Executivo do SNS, Prof. Fernando Araújo, explique, cabalmente, os termos e contornos da contratação e dos serviços prestados pela referida empresa de comunicação e consultadoria, bem como os termos do protocolo estabelecido com o CHUSJ para o estabelecimento da DE-SNS até que a sua sede esteja pronta, justificando a base de cálculo que fundamenta o valor mensal pago, de modo a que não subsistam quaisquer dúvidas ou névoas sobre a idoneidade das contratações e dos protocolos celebrados, numa entidade que acaba de ser constituída para gerir o SNS, a Direção Executiva do SNS.



Neste sentido, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal vem requerer a V. Exa. que providencie uma audição, **com carácter de urgência**, do Senhor Diretor Executivo do SNS, na Comissão de Saúde, para prestar todos os esclarecimentos sobre o protocolo estabelecido entre a Direção Executiva do SNS e o Centro Hospitalar e Universitário de São João.

Com os melhores cumprimentos,

Os Deputados do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal.